

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI – AL
CONCURSO PÚBLICO 2019**

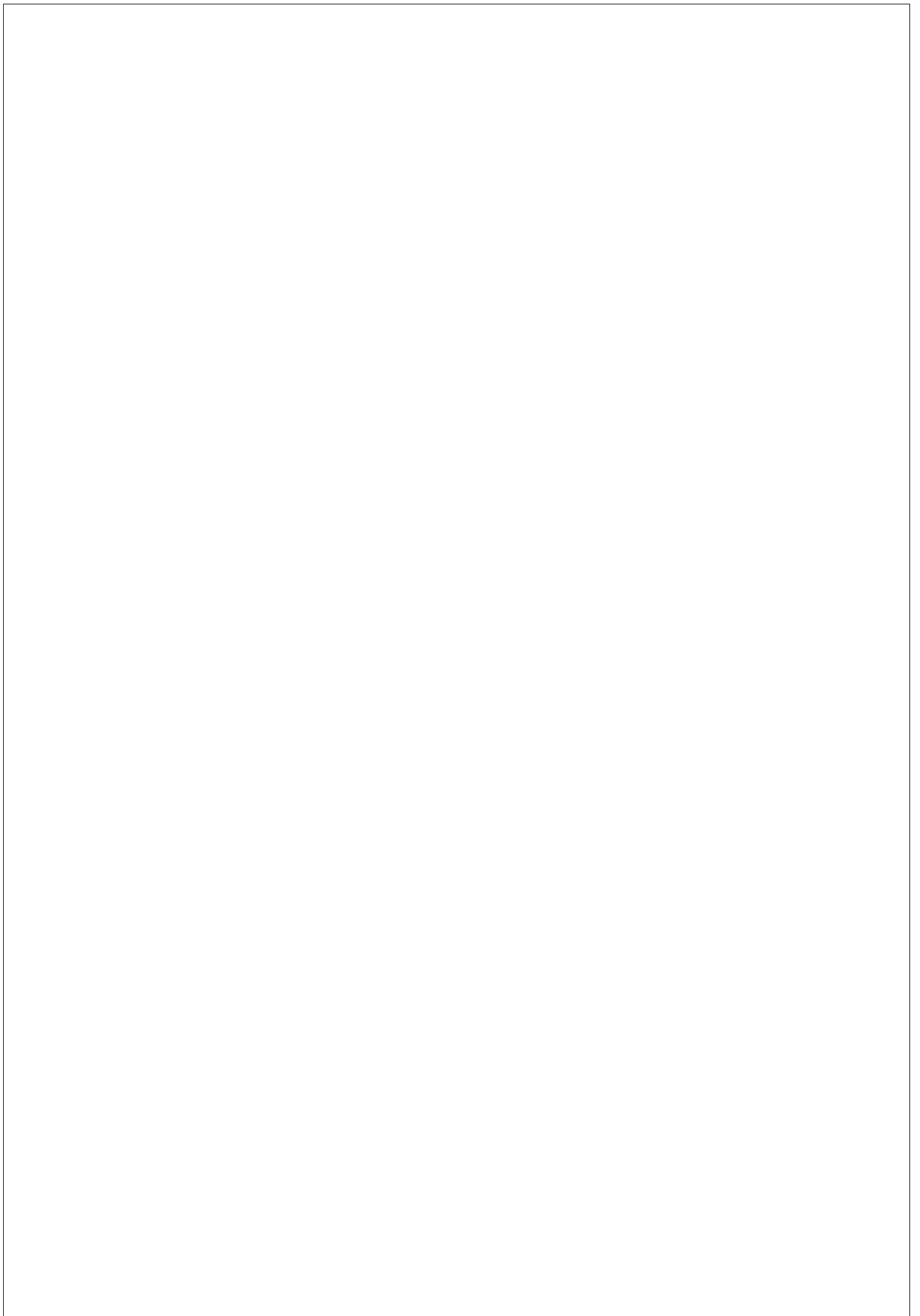
CADERNO DE PROVA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME:
CPF:

**NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 06 – AUDITOR FISCAL**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta AZUL ou PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre dos envelopes dos cartões resposta, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Tenho uma imensa admiração por eles, os escultores das palavras, quem, com a arte sagrada de materializar a alma, enriquece as outras pessoas sem guardar nada pra si. [...]

Com nossas palavras podemos reivindicar outras relações, outros compromissos, outras soluções. Podemos aceitar acordos comerciais não tão bons para nós, mas que sejam mais justos. Podemos buscar maiores investimentos solidários e menos rendimentos especulativos. Podemos oferecer mais diálogo e menos imposições pela força. Podemos, sobretudo, não nos resignar.

Porque resignar-se é morrer um pouco, é não fazer uso da possibilidade de escolher, é aceitar o silêncio. A palavra, por sua vez, precede a ação, prepara o caminho, abre portas. Hoje devemos mais que nunca usar a voz para romper grilhões. Tenho a profunda convicção de que, quando falamos, estamos modificando o mundo. As grandes transformações de nossa história sempre foram anunciadas antes. Assim chegou o homem à lua, assim caiu o muro de Berlim, assim se acabou com o apartheid. Eu espero que assim desapareça também o terrorismo." (https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/04/internacional/1404491759_639843.html Acessado em 02/09/2019)

01- Sobre o texto é correto afirmar que:

- A. Só a força tem regido todas as relações humanas e não há meio de dissuadir o ser humano disso.
- B. Falar faz as coisas serem diferentes, por isso os países evitam fechar contratos por esse meio.
- C. O trecho afirma que os contratos comerciais seriam menos benéficos se fossem fruto de uma conversa.
- D. A força pode ajudar a resolver todos os problemas comerciais.
- E. Os problemas do mundo devem ser resolvidos pelo poder da palavra.

02- Pela leitura do texto, pode-se concluir que a autora estabeleceu como alvo de seu discurso:

- A. O governo de seu país.
- B. Os grupos terroristas.
- C. Os países desenvolvidos.
- D. Países que estabelecem guerras comerciais.
- E. Grupos envolvidos em lobby internacional.

03- É correto afirmar que a autora do texto, considera que:

- A. O ser humano é fundamentalmente linguístico.
- B. A particularidade do ser humano se deve à força.
- C. O ser humano é essencialmente social, por isso há lugar fora da linguagem para observar-se a existência.
- D. A linguagem não pode criar uma realidade.
- E. Linguagem, ação e força são termos opostos e inconciliáveis entre si.

04- Qual das expressões retiradas do texto está no sentido conotativo?

- A. “imensa admiração”
- B. “reivindicar outras relações”
- C. “que sejam mais justos”
- D. “menos imposições”
- E. “romper grilhões”

ESSA QUE EU HEI DE AMAR...

Essa que eu hei de amar perdidamente um dia será tão loura, e clara, e vagarosa, e bela, que eu pensarei que é o sol que vem, pela janela, trazer luz e calor a essa alma escura e fria.

E quando ela passar, tudo o que eu não sentia da vida há de acordar no coração, que vela... E ela irá como o sol, e eu irei atrás dela como sombra feliz... — Tudo isso eu me dizia,

quando alguém me chamou. Olhei: um vulto louro, e claro, e vagaroso, e belo, na luz de ouro do poente, me dizia adeus, como um sol triste...

E falou-me de longe: "Eu passei a teu lado, mas ias tão perdido em teu sonho dourado, meu pobre sonhador, que nem sequer me viste!" (ALMEIDA, Guilherme de. *Meus versos mais queridos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.)

05- Em qual das alternativas a relação do verso com a figura de linguagem está correta?

- A. “Essa que eu hei de amar perdidamente um dia” – hipérbole
- B. “que eu pensarei que é o sol que vem, pela janela” – metonímia
- C. “E quando ela passar, tudo o que eu não sentia” – metáfora
- D. “trazer luz e calor a essa alma escura e fria” – comparação
- E. “E falou-me de longe: ‘Eu passei a teu lado’” – prosopopeia

06- No texto:

- A. O eu lírico está perdido ao sol, por isso confunde o verdadeiro amor.
- B. A mulher amada é comparada ao sol e os termos ‘loura’, ‘clara’ ilustram isso.
- C. O eu lírico está em delírio e isso explica os pensamentos desconectados da realidade.
- D. A mulher amada na verdade é o sol, que o eu lírico deseja por estar exposto a um ambiente frio.
- E. O eu lírico relata fatos ocorridos num passado remoto e por isso mistura passado e presente.

07- A forma verbal “hei”:

- A. Está no pretérito perfeito.
- B. É impessoal
- C. Está no futuro do presente
- D. Está no presente do subjuntivo
- E. Está no presente do indicativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

08- No verso:

“trazer luz e calor a essa alma escura e fria.”,

Identifica-se:

- A. A comparação explícita.
- B. A inversão de pensamento.
- C. A alteração de eu lírico.
- D. A oposição de ideias.
- E. O exagero estilístico.

09- A última estrofe pode ser considerada:

- A. Uma crítica à idealização do amor.
- B. Uma prova de que o eu lírico está em delírio.
- C. Um recurso metalinguístico.
- D. Uma indicação de que o eu lírico é feminino.
- E. Uma indicação de que o texto é uma prosa poética.

Em 1968, o arqueólogo suíço Erik Von Däniken publicou o livro *Eram os Deuses Astronautas?*, no qual defende que extraterrestres foram responsáveis pela construção das pirâmides egípcias, astecas e maias, das linhas de Nazca e dos moais da Ilha de Páscoa. Para Däniken, esses seres vindos do espaço eram considerados deuses pelos povos antigos que habitavam a Terra – além disso, eles teriam cruzado com espécies primatas para dar origem aos humanos.

Para a maioria dos historiadores, as teorias de Däniken não têm mérito. Ignoram as práticas culturais, religiosas e sociais dos povos antigos, assim como sua capacidade em erguer pirâmides. Que, por colossal que tenha sido o trabalho, são uma ideia óbvia: uma pirâmide é uma pilha de blocos. É estruturalmente mais simples que uma casa com paredes verticais e um teto – como as que eram feitas por esses mesmos povos. Além disso, se extraterrestres tivessem construído esses monumentos (ou visitado a Terra consistentemente), eles certamente teriam deixado para trás qualquer vestígio, como ferramentas e materiais.

(<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/pseudo-historia-7-fatos-nunca-aconteceram.phtml>)

10- É possível afirmar que Erik tem credibilidade devido à:

- A. Sua formação como arqueólogo.
- B. Publicação de mais um livro.
- C. Descoberta das linhas de Nazca.
- D. Adoração dos povos antigos pelos extraterrestres.
- E. Descoberta de espécies primatas fruto do cruzamento com aliens.

11- O texto refuta as crenças de Daniken, quando:

- A. Se observa que o livro foi escrito em 1968, época de tecnologia muito rudimentar.
- B. Pelas descobertas históricas dos povos que revelam que eles já haviam desenvolvido a tecnologia para as construções citadas.
- C. Se comprova que os extraterrestres construíram as pirâmides do Egito utilizando as técnicas do povo local.
- D. Se restringe aos fósseis encontrados.
- E. Cientistas têm uma crença empírica diferente da dele.



(BROWNE, Dik. O melhor de Hagar, o horrível 8. Porto Alegre L & PM, 2018 p. 70)

12- A expressão dos personagens da tirinha pode ser definida pelo sentimento de:

- A. Certeza
- B. Medo
- C. Desalento
- D. Alegria
- E. União

13- O que eles contemplam?

- A. A seca no solo do lugar.
- B. Uma cidade abandonada.
- C. Uma construção em seu início.
- D. A destruição da casa deles.
- E. As ruínas do castelo que procuravam.

14- O que provoca humor na tira?

- A. A tentativa da personagem de encontrar um aspecto positivo no que vê.
- B. A ignorância do grupo ao imaginar que encontraria um local próspero.
- C. A expressão de tristeza patética nas personagens.
- D. O desejo dos personagens de levar uma vida abundante.
- E. A quantidade de pessoas que queriam viver no local.

15- A oração “como a gente estava dizendo no outro dia”:

- A. Introduce uma comparação em relação à oração posterior.
- B. Constrói uma circunstância de concordância com a oração que a sucede.
- C. Estabelece uma relação de coordenação com a oração subordinada.
- D. Ajuda na compreensão da oração subordinada adverbial final.
- E. Mantém o sentido da oração principal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Com relação à repartição das receitas tributárias, julgue os itens a seguir em verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A repartição da arrecadação tributária é uma forma de garantir a autonomia política dos entes federados.
- () A repartição dos impostos implica na partilha da competência entre os entes federados.
- () Na repartição das receitas tributárias, cabe à União fazer os repasses aos Estados, Distrito Federal e Municípios, e os Estados, por sua vez, efetuam a distribuição aos Municípios.
- () Os Municípios fazem o repasse do produto da arrecadação dos seus impostos aos Estados dos quais fazem parte para que estes efetuem a distribuição equitativamente.
- () Como o Distrito Federal não possui qualquer município, apenas se beneficia dos repasses, não possuindo a obrigação de repartir o produto da sua arrecadação com nenhum outro ente federado.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o julgamento dos itens propostos:

- A. V, V, F, F, F.
- B. V, F, V, F, V.
- C. F, V, F, V, V.
- D. V, V, V, V, V.
- E. F, F, F, F, F.

17- Ainda no tocante à repartição das receitas tributárias do Imposto de Renda (IR), é incorreto o que se afirma em:

- A. O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados e Distrito Federal, pertencem aos Estados e ao Distrito Federal.
- B. Os valores obtidos com a arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais pertencem aos Estados.
- C. Pertence aos Estados o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título pelas autarquias e fundações que instituídas e mantidas por eles.
- D. A totalidade da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios deve ser repassada a eles.
- E. O montante que resultar da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas autarquias e pelas fundações instituídas e mantidas pelos Municípios é integralmente repassado pela União aos Municípios.

18- Assinale a única alternativa que não apresenta uma característica dos tributos.

- A. São compulsórios.
- B. São instituídos por meio de lei.
- C. Correspondem a uma prestação pecuniária.
- D. São cobrados mediante lançamento.
- E. São receitas originárias do Estado.

19- São formas admitidas no Sistema Tributário Nacional como hábeis a efetuar o pagamento dos créditos tributários as descritas abaixo, dentre as quais não se inclui:

- A. Cheque, somente sendo considerado extinto o crédito tributário com o resgate do cheque pelo sacado.
- B. Papel selado, sendo este equiparado ao pagamento em estampilha.
- C. Vale postal, sendo permitida a determinação, mediante lei, da exigência de garantias.
- D. Dação em pagamento de bem móvel, na forma estabelecida na lei.
- E. Estampilha, considerando-se extinto o crédito tributário com a inutilização regular da estampilha, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

20 – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Na falta de lei complementar que contenha normas gerais da União, os Estados poderão editar leis que contenham normas gerais próprias, em se tratando de impostos estaduais.	PORQUE	II. Os Estados possuem competência legislativa plena.
---	---------------	---

- A. A primeira proposição está correta e a segunda proposição está incorreta.
- B. A primeira proposição está incorreta e a segunda proposição está correta.
- C. As duas proposições estão corretas e a segunda é justificativa da primeira.
- D. As duas proposições estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- E. Nenhuma das proposições está correta.

21 – O Conselho Regional de Medicina possui a atribuição de exigir, dos profissionais a ele vinculados, a contribuição profissional prevista no artigo 149, caput, da Constituição Federal. Tal atribuição se justifica porque:

- A. Trata-se de transferência da capacidade tributária ativa, já que ela é delegável.
- B. É possível à União delegar a outras pessoas de direito público interno a competência tributária.
- C. O exercício da competência tributária é facultativo, de modo que se o ente federado responsável não o faz, o interessado poderá exercê-lo.
- D. Cada ente federado decide sobre o exercício da sua competência tributária, podendo atribuí-la a outras pessoas de direito público a ele vinculadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

- E. Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

22 – Com relação à competência tributária comum, analise os itens a seguir.

- I. A competência comum está restrita aos tributos contraprestacionais.
- II. A competência comum implica no fato de que tanto a União, quanto os Estados, Distrito Federal ou Municípios poderão ser sujeitos ativos desses tributos.
- III. Os tributos de competência comum são devidos ao ente que prestar o serviço ou exercer a atividade aos quais encontram-se vinculados.
- IV. As taxas e as contribuições de melhoria são exemplos de tributos cuja competência é comum.
- V. A competência para a instituição de Contribuição de Iluminação Pública também é comum.

Quanto aos itens anteriores, é correto afirmar que:

- A. Apenas os itens II e III são falsos.
- B. Existem apenas dois itens verdadeiros.
- C. Todos os itens são verdadeiros.
- D. Apenas os itens I e IV são falsos.
- E. Só existe um item falso.

23 – Compete aos Municípios instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (Art. 156, I, CF). Diante de tal imposto, é incorreto afirmar:

- A. Podem ser considerados sujeitos passivos do IPTU o proprietário, o possuidor com posse *ad usucapionem*, o locatário e o usufrutuário.
- B. O Distrito Federal possui competência para instituir o IPTU e para estabelecer os casos de isenção.
- C. No caso de existir um território não dividido em municípios, a competência para instituir o IPTU será da União.
- D. A competência dos Municípios para instituir o IPTU é política e indelegável.
- E. O sujeito passivo do IPTU é a pessoa que detiver qualquer direito de gozo do bem imóvel, seja ele pleno ou limitado.

24 – No tocante ao IPTU, é correto afirmar:

- A. O fato gerador do IPTU ocorre anualmente, no primeiro dia útil do ano do lançamento.
- B. Na determinação da base de cálculo do IPTU se considera o valor dos bens móveis mantidos em caráter permanente no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- C. O IPTU incide sobre os imóveis localizados na zona urbana do Município, entendendo-se esta como a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência pelo menos 3 (três) dos seguintes melhoramentos: meio-fio ou calçamento; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública; escola primária ou posto de saúde.

- D. As áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, podem ser consideradas pela lei municipal como urbanas, mesmo que localizados fora das zonas definidas para tal, para fins de incidência do IPTU.

- E. O IPTU deve incidir sobre todos os imóveis situados na zona urbana do Município.

25 – Com relação ao ISSQN, julgue os itens que seguem.

- I. O ISSQN deve ser calculado sobre o preço do serviço, incluindo-se os juros, seguros, multas ou indenizações que porventura possam existir.
- II. Nos serviços gratuitos não incide ISSQN, por ausência de base de cálculo a ensejar o tributo.
- III. O fato gerador do ISSQN é a prestação remunerada de serviços a terceiros.
- IV. Por força da competência privativa do Município para legislar sobre o ISSQN, é constitucional a lei municipal que preveja outras hipóteses de exclusão de valores da base de cálculos do ISSQN, além dos casos previstos em Lei Complementar nacional.
- V. O ISSQN tem a característica de ser regulador de mercado.

Está(ão) correto(s):

- A. Apenas os itens I, II e III.
- B. Apenas os itens II e III.
- C. Apenas os itens I, III e IV.
- D. Apenas os itens I, III, IV e V.
- E. Os itens I, II, III, IV e V.

26 – No que concerne ao fato gerador da obrigação tributária, é incorreto afirmar:

- A. O fato gerador da obrigação determina a natureza jurídica específica do respectivo tributo.
- B. O fato gerador define qual lei deve ser aplicada no momento da cobrança do tributo, a fim de evitar a retroatividade da lei tributária.
- C. O fato gerador se configura na materialização da hipótese de incidência.
- D. A obrigação tributária nasce a partir da consubstanciação do fato gerador.
- E. O fato gerador é previsto abstratamente na norma legal.

27 – Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, o sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e o sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto. Nesse contexto, julgue os itens que seguem com (V) para verdadeiro e (F) para falso, em seguida assinale a alternativa que indica a opção correta.

- () As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, a não ser que a lei disponha de modo diverso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

- () A solidariedade pelo pagamento das obrigações tributárias não admite o benefício de ordem.
- () Se houver isenção do crédito tributário, todas as pessoas por ele obrigadas solidariamente serão exoneradas, não sendo cabível a outorga da isenção a apenas um dos coobrigados.
- () As pessoas naturais só têm capacidade tributária passiva se também tiverem capacidade civil.
- () A interrupção da prescrição contra um dos coobrigados solidários não prejudica aos demais.

- A. V, V, F, F, F.
B. F, V, F, V, V.
C. V, F, V, F, V.
D. F, F, V, V, F.
E. V, V, V, V, V.

28 – Quanto à responsabilidade tributária, não é possível afirmar:

- A. O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
- B. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- C. O adquirente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos ao bem adquirido.
- D. Em regra, a responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável, mas independe da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- E. Os pais respondem solidariamente com seus filhos menores pelos tributos por estes devidos nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis.

29 – Algumas empresas são vedadas de ingressarem no Simples Nacional. Nesse contexto, as alternativas abaixo indicam microempresas ou empresas de pequeno porte que não podem recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, dentre as quais não se inclui:

- A. As microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham sócios domiciliados no exterior.
- B. As micro e pequenas cervejarias que produzirem ou venderem no atacado bebidas alcoólicas.
- C. Aquelas de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
- D. As que exercem atividade de produção ou venda de cigarros no atacado.
- E. As microempresas ou empresas de pequeno porte que realizam cessão ou locação de mão de obra.

30 – O regime do Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação de diversos impostos e contribuições. Essa simplificação e facilitação do cumprimento da obrigação tributária, proporcionada pelo Simples Nacional, tem recebido críticas positivas. Assinale a alternativa que indica um imposto/contribuição, devido pelo contribuinte ou responsável, que não está incluído no regime de recolhimento

mensal unificado do Simples Nacional, cuja incidência não é excluída pelo referido regime:

- A. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
- B. Imposto de Renda relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica a pessoas físicas.
- C. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- D. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- E. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.

31 – Faça a associação entre os itens:

- a - Imposto de competência da União
b - Imposto de competência dos Estados
c - Imposto de competência municipal

1. Imposto cujo sujeito passivo é o prestador de serviço e a base de cálculo é o preço do serviço.
2. Imposto cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano.
3. Imposto que incidirá sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, ainda que se iniciem no exterior.
4. Imposto de função predominantemente extrafiscal, apesar de ter uma significativa função fiscal do ponto de vista de sua arrecadação. Terá incidência, por exemplo, sobre operações de crédito, de câmbio e seguro.
5. Imposto cujo sujeito passivo é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de bem imóvel, por natureza ou por acessão física, localizado na zona urbana.
6. Imposto de função eminentemente extrafiscal, que tem como escopo a proteção da indústria nacional. Seu fato gerador é a introdução de produto estrangeiro no território nacional.
7. Imposto cujo sujeito passivo será o herdeiro, legatário, doador ou donatário.

Assina a única alternativa que indica todas as associações corretamente.

- A. a: 4 e 7; b: 1, 3 e 6; c: 2 e 5.
B. a: 3, 5 e 6; b: 4 e 7; c: 1 e 2.
C. a: 2, 4 e 6; b: 3 e 7; c: 1 e 5.
D. a: 2, 3, 4 e 6; b: 7; c: 1 e 5
E. a: 2, 4 e 6; b: 7; c: 1, 3 e 5.

32 – Não é considerado um imposto extrafiscal:

- A. Imposto sobre a Importação
B. Imposto sobre serviços
C. Imposto sobre produtos industrializados
D. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros
E. Imposto sobre a exportação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

33 – Determinado município realizou obras de pavimentação e melhoramento da Rua “A”, onde residem Mariana e João, cada um em seu próprio imóvel. Considere que o custo da obra foi de R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Em decorrência da conclusão da obra, houve valorização imobiliária nos imóveis de Mariana e de João. O imóvel de Mariana, que era avaliado em R\$300.000,00 (trezentos mil reais), passou a ser avaliado em R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Já o imóvel de João, que antes valia R\$280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), passou a valer R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais). Considere que esses são os únicos imóveis que passaram por valorização imobiliária decorrente das referidas obras e que o referido município efetuará a cobrança de ambos. Com o objetivo de efetuar a cobrança da contribuição de melhoria para fazer face ao custo da obra pública realizada, o referido município deve observar alguns critérios legais.

Com base nessas informações hipotéticas, à luz da legislação vigente, julgue as proposições em verdadeira ou falsa e assinale a única alternativa correta.

- () No referido caso, o fato gerador da contribuição de melhoria é a conclusão das obras de pavimentação e melhoramento da Rua “A”.
- () Na ótica da Administração Pública Municipal, o limite máximo que poderá ser cobrado da coletividade é no valor de R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), valor referente à soma da mais-valia de todos os imóveis valorizados pela obra.
- () Na referida hipótese, João só poderá ser cobrado até o limite de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), valor correspondente à mais-valia de seu imóvel.
- () Na referida hipótese, Mariana só poderá ser cobrada até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), valor correspondente à mais valia de seu imóvel.
- () O município não tem competência tributária de instituir contribuição de melhoria.
- A. Nenhuma proposição é verdadeira.
B. Apenas uma proposição é verdadeira.
C. Apenas três proposições são falsas.
D. Apenas três proposições são verdadeiras.
E. Apenas uma proposição é falsa.

34 – Determinado município, visando o melhoramento do serviço de segurança pública, instituiu, através de decreto, a Taxa de Fortalecimento da Guarda Municipal – TFGM, com o objetivo de investir em equipamentos e valorizar o efetivo da guarda municipal. Todos os cidadãos residentes no referido município deverão pagar a referida taxa.

Diante da situação hipotética, assinale a única alternativa incorreta:

- A. A instituição da referida taxa é inconstitucional porque os municípios não têm competência tributária para instituição de taxas.
- B. É inconstitucional a instituição da referida taxa porque o investimento em Segurança Pública deve ser custeado por impostos, e não por taxas.
- C. A instituição da referida taxa é inconstitucional porque o serviço de segurança pública é atividade indivisível, não podendo ser remunerado mediante taxa.

- D. É inconstitucional a instituição da referida taxa, uma vez que as taxas se submetem ao princípio da legalidade tributária estrita, devendo ser instituídas por lei.
- E. É inconstitucional porque, na hipótese apresentada, não há a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

35 – Acerca das taxas, é incorreto afirmar:

- A. A taxa é um tributo imediatamente vinculado à ação estatal, diretamente referida ao sujeito passivo.
- B. A taxa se submete ao Princípio da Legalidade Tributária, devendo ser necessariamente instituída por lei.
- C. A taxa pode ter como fato gerador a utilização potencial de serviço público.
- D. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- E. A taxa pode ter como fato gerador o exercício efetivo ou potencial do poder de polícia.

36 – Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A instituição, extinção, majoração e redução dos tributos e alteração de alíquotas somente serão estabelecidas por lei.	PORQUE	II. O Princípio da Legalidade Tributária é um dos princípios constitucionais tributários.
--	---------------	---

- A. As duas proposições são falsas.
- B. A primeira proposição é falsa, a segunda proposição é verdadeira, mas a segunda proposição não é justificativa para a primeira.
- C. A primeira proposição é verdadeira, a segunda proposição é falsa e não é justificativa para a primeira.
- D. As duas proposições são verdadeiras e a segunda proposição é justificativa para a primeira.
- E. As duas proposições são verdadeiras, mas a segunda proposição não é justificativa para a primeira.

37 – Acerca das limitações do poder de tributar, é incorreto afirmar:

- A. Os princípios constitucionais tributários são considerados limitações constitucionais ao poder do Estado de tributar.
- B. Apesar de a Constituição Federal de 1988 prever seção destinada às limitações do poder de tributar, a previsão constitucional não é taxativa, não prejudicando garantias asseguradas ao contribuinte através de outros diplomas normativos.
- C. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, bem como das entidades sindicais dos trabalhadores.
- D. Os princípios constitucionais tributários são considerados cláusulas pétreas, não podendo ser suprimidos do texto constitucional, ainda que por meio de Emenda Constitucional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI - AL
CONCURSO PÚBLICO 2019

E. É dado à União o dever de fiscalizar as limitações do poder de tributar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo àquela garantido o poder de instituir isenções de tributos da competência destes.

38 – A inscrição de Dívida Ativa é promovida pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito, constituindo-se ato de controle administrativo de legalidade. Sobre a Dívida Ativa e sua inscrição, julgue as proposições em verdadeira ou falsa e assinale a única alternativa correta:

- () A Dívida Ativa da Fazenda Pública compreende as dívidas de natureza tributária, não compreendendo as dívidas de natureza não tributária, como as decorrentes de danos ao erário público praticados por agentes políticos.
 - () Além da dívida principal, a Dívida Ativa abrange a atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos que tenha sido previstos em lei ou até mesmo por contrato.
 - () Será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública qualquer valor cuja cobrança seja atribuída por lei à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias.
 - () A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
 - () A inscrição da Dívida Ativa suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por cento e vinte dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo o prazo referido.
- A. Todas as proposições são falsas.
B. Apenas uma proposição é verdadeira.
C. Apenas três proposições são falsas.
D. Apenas três proposições são verdadeiras.
E. Apenas uma proposição é falsa.

39 - Acerca da cobrança judicial da dívida ativa, é incorreto afirmar:

- A. A petição inicial de execução fiscal deve sempre ser instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita na própria petição inicial.
- B. A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa poderão ser apresentadas em um único documento, que pode, inclusive, ser preparado por processo eletrônico.
- C. A execução fiscal poderá ser promovida, entre outros, em face do devedor, do fiador, do espólio ou de sucessores a qualquer título.
- D. A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública excluirá de qualquer outro juízo, exceto quando tratar-se de inventário, hipótese em que o juízo competente será o do último domicílio do autor da herança, ou da situação dos bens imóveis.
- E. No âmbito da Execução Fiscal, a produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.

40 – O Município “X” propôs Execução Fiscal fundada na Certidão da Dívida Ativa - CDA nº 001/2019. Após a citação do Executado, e antes de findo o prazo para embargos, a Procuradoria do Município “X” juntou aos autos uma nova CDA, emendando a CDA nº 001/2019. Acerca dessa situação hipotética, à luz da legislação sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa, julgue as proposições em verdadeira ou falsa e assinale a alternativa correta.

- () Por ser requisito essencial à petição inicial da Execução Fiscal, a Certidão da Dívida Ativa não poderá ser substituída no curso do processo judicial, em defesa da segurança jurídica do Contribuinte e vedação à modificação da dívida executada.
 - () A Certidão da Dívida Ativa só poderá ser substituída antes do fim do prazo para embargos do Executado.
 - () É possível a emenda ou substituição da Certidão da Dívida Ativa no curso da Execução Fiscal, desde que seja feita até a decisão de primeira instância e que seja assegurada ao Executado a devolução do prazo para embargos.
 - () É possível a substituição da Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, apenas quando se tratar de correção de erro material, sendo vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
 - () É possível a substituição da Certidão da Dívida Ativa até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, sendo vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
- A. Não há proposições verdadeiras.
B. Apenas uma proposição é verdadeira.
C. Apenas duas proposições são verdadeiras.
D. Apenas três proposições são verdadeiras.
E. Apenas quatro proposições são verdadeiras.

